

**EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO
ESPECIAL Nº 958.633 - DF (2016/0198567-7)**

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
EMBARGANTE : COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO CONAB
ADVOGADOS : CAMILA SILVA LUGÃO - DF026377
RAQUEL AVELAR SANT ANA - DF053819
EMBARGADO : AGRO COMERCIAL E INDUSTRIAL BELA VISTA LTDA
ADVOGADOS : RICARDO BARBOSA ALFONSIN - RS009275
CLÁUDIO PACHECO PRATES LAMACHIA - RS022356
VANESSA GOMES PEREIRA DA SILVA E OUTRO(S) - RS051222

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de Embargos de Divergência opostos por COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB, em face de acórdão proferido pela col. **Quarta Turma**, de relatoria do em. Ministro **Lázaro Guimarães** (Desembargador Convocado do TRF 5ª Região), no julgamento do Agravo Interno em Recurso Especial.

Depreende-se dos autos, que ambas as partes interpuseram Recursos Especiais, os quais não foram admitidos na origem, culminando com a apresentação de Agravos em Recurso Especial nesta instância, que restaram conhecidos para negar provimento aos apelos extremos (fls. 1.729 - 1.731, e 1.732 - 1.734).

Inconformada, Agro Comercial e Industrial Bela Vista Ltda. interpôs Agravo Interno, tendo a Quarta Turma dando-lhe provimento, como se extrai da ementa:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO EM 0,1% DO VALOR DA CAUSA, COM BASE NO ART. 20, § 4º, DO CPC/1973. VALOR IRRISÓRIO.

1. O magistrado, utilizando como critério a equidade, deve arbitrar os honorários advocatícios observando o grau de zelo do profissional, o lugar de prestação do serviço, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

2. Trabalho desenvolvido ao longo de quase 22 anos. Percentual de 0,1% sobre o valor da causa que se revela

Superior Tribunal de Justiça

flagrantemente irrisório. Reversão ao percentual de 5% fixado na sentença em processo apenso.

3. Agravo interno provido, para acolher o recurso especial."

Contra tal julgado foram apresentados aclaratórios por ambas as partes, sendo os ofertados por Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB rejeitados pelo acórdão de fls. 1.860 - 1.868, e os veiculados por Agro Comercial e Industrial Bela Vista Ltda. acolhidos, constando da ementa deste último (fl.1.859):

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OBSCURIDADE. CONFIGURAÇÃO. ACOLHIMENTO DOS DECLARATÓRIOS.

1. Constatada a obscuridade no julgado, merecem acolhimento os embargos declaratórios, a fim de, sanando o vício verificado, estabelecer que a base de cálculo dos honorários advocatícios sucumbenciais seja atualizada monetariamente a partir do ajuizamento da demanda até a data do efetivo pagamento (Súmula 14/STJ) e acrescida de juros moratórios a partir do trânsito em julgado desta decisão, que fixa a condenação.

2. Embargos de declaração acolhidos."

Rejeitados os segundos aclaratórios apresentados (fls. 1.926 - 1.930), irresignada, a ora embargante interpôs Embargos de Divergência (fls. 1.933 - 2.015), pretendendo uniformizar o entendimento em torno da majoração dos honorários advocatícios concretizada, bem assim o termo inicial dos juros de mora incidente sobre tal despesa sucumbencial.

Indica como paradigma, para a questão alusiva aos **honorários advocatícios**, o acórdão da **Segunda Turma**, proferido no julgamento do Agravo Interno no REsp n. 1.517.711/PR, de relatoria da Ministra **Assusete Magalhães**, da **Segunda Turma**. Aduz, no ponto, que a alegada irrisoriedade empregada pelo acórdão atacado como justificante para o incremento do montante fixado é desprovida de critério objetivo, e destoa de julgados desta Corte, na medida em que o TRF da 1ª Região não definiu os critérios para a fixação da verba, que eventualmente poderiam autorizar o excepcional afastamento da incidência da súmula 7/STJ.

Superior Tribunal de Justiça

"Pelo exposto, requer-se o reconhecimento da divergência, para que prevaleça o entendimento da Segunda Turma, que permite o afastamento da Súmula 7, STJ, apenas quando o tribunal de piso tiver fundamentado, de forma clara e expressa, a estipulação dos honorários com subsídio no art. 20, § 3º, do CPC/73." (fl. 1.943).

Em um segundo momento, defende a recorrente a inadequação do trânsito em julgado como marco inicial para a fluência dos juros de mora incidentes sobre os honorários fixados em percentual, pretendendo que a incidência do acessório ocorra somente após o transcurso do prazo concedido ao devedor para adimplemento da obrigação, por corresponder ao momento em que tem plena ciência do valor devido. Para tanto, cita como paradigmas os seguintes acórdãos: EDcl no AgRg no REsp n. 1.563.325/RJ, de relatoria do Ministro **Marco Aurélio Bellizze**, da **Terceira Turma**; REsp n. 1.160.735/PR, de relatoria da Ministra **Eliana Calmon**, da **Segunda Turma**; AgInt no REsp n. 1.572.940/RS, de relatoria da Ministra **Regina Helena Costa**, da **Primeira Turma**.

Pugna, ao final, pelo provimento do recurso, "[...] para reconhecer que o acórdão proferido pela Quarta Turma em agravo interno, complementado pelo acórdão de embargos de declaração, não se coaduna com a jurisprudência de outras turmas para o afastamento da Súmula 7, STJ, visando majorar honorários advocatícios, bem como o termo inicial de incidência dos juros de mora em condenação de sucumbência é da data da intimação para o cumprimento voluntário e não do trânsito em julgado, principalmente, quando os honorários são estabelecidos em percentual sobre o valor da causa, como no caso em tela" (fl. 1.951).

Foram os autos encaminhados a este Relator em razão da Portaria STJ/GP n. 321, de 12 de setembro de 2019

É o relatório.

Decido.

Insta consignar, quanto ao **redimensionamento dos honorários**

Superior Tribunal de Justiça

advocatícios, que os Embargos de Divergência devem ser liminarmente indeferidos, levando-se em consideração a ausência de efetiva divergência de entendimento entre o acórdão o embargado e paradigma, além da ausência de similitude fática.

Comparando o julgado embargado com o paradigma (Agravos Internos no REsp n. 1.517.711/PR, de relatoria da Ministra **Assusete Magalhães**, da **Segunda Turma**) não se evidencia o aduzido antagonismo passível de sustentar os embargos de divergência.

Com efeito, a decisão embargada entendeu que o caso se encaixava nas hipóteses excepcionais de irrisoriedade da importância arbitrada a título de honorários, e que a questão fático-probatória em torno do tema estava suficientemente delineada pelos julgados da origem, o que motivou a majoração para o mesmo percentual fixado na sentença dos autos em apenso. Confira-se:

"A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que é inadmissível, na via estreita do recurso especial, a análise do quantum fixado a título de honorários advocatícios, tendo em vista que tal providência depende da reavaliação do contexto fático-probatório inserto nos autos, cujo reexame compete às instâncias ordinárias, e não a esta Corte Superior, conforme vedado pela Súmula 7/STJ.

O referido óbice pode ser afastado em hipóteses excepcionais, quando for verificada a exorbitância ou a natureza irrisória da importância arbitrada. Reporto-me a precedente desta eg. Turma:

[...]

Nesse contexto, tenho como irrisório o percentual de 0,1% sobre o valor da causa, de R\$ 27.999.000,00, num processo que exigiu esforço do advogado por inviável a apreciação dos fatos e provas constantes dos autos, bem como a conclusão da origem acerca dos honorários, a fim de verificar o serviço prestado pelo advogado por quase 22 anos, visto que a inicial data de 28 de novembro de 1996. A sentença de fl. e-STJ 1.538, proferida no processo apenso, ao julgar improcedente o pedido, arbitrou os honorários em 5% do valor da causa, daí por que aplico o mesmo percentual.

Diante do exposto, dou provimento ao agravo interno, para prover o recurso especial e elevar a verba honorária ao percentual de 5% sobre o valor da causa, atualizado a partir

Superior Tribunal de Justiça

da data do julgamento deste recurso." (fl. 1.797)

Como se vê, o julgado aplicou reiterado entendimento desta Corte de que é possível a revisão da quantia fixada a título de honorários em circunstâncias excepcionas, em que constatada manifesta exorbitância ou irrisoriedade, ponderando, igualmente, ter revalorado os parâmetros fáticos empregados pelo Tribunal de origem para o redimensionamento.

Já no paradigma, em absoluta simetria de entendimento, fixou-se que este Tribunal somente poderia refazer o juízo de equidade de que trata o § 4º do art. 20 do CPC/73, na hipótese de o acórdão recorrido indicar e valorar os critérios delineados nas alíneas 'a', 'b' e 'c' do art. 20, § 3º, do CPC/73. Desse modo, inexistente a alegada divergência apta a amparar os presentes embargos.

Sou outra perspectiva, não pode passar despercebido a ausência de similitude entre os casos, porquanto as peculiaridades fáticas de cada demanda impedem um comparativo suficientemente seguro acerca do importe de honorários sucumbenciais para a devida uniformização de jurisprudência.

Nesse sentido, colaciono os seguintes precedentes:

"PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DISCUSSÃO A RESPEITO DA IRRISORIEDADE DA VERBA HONORÁRIA. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE NÃO CONHECEU DO APELO EM FUNÇÃO DO ÓBICE CONSTANTE DA SÚMULA 7/STJ. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA ENTRE OS JULGADOS CONFRONTADOS. RECURSO NÃO CONHECIDO.

1. Não se conhece dos embargos de divergência quando inexistente a similitude fática entre os acórdãos trazidos a cotejo pelo embargante, especialmente quando a conclusão jurídica contida nos julgados paradigmas extrai-se a partir das peculiaridades existentes em cada caso.

2. Na espécie, o aresto recorrido não conheceu do recurso especial, tendo em vista o óbice constante da Súmula 7/STJ. Concluiu que a Corte de origem, ao fixar a verba honorária, consignou que o litígio não envolveu discussão jurídica de grande profundidade, tendo havido, inclusive, o julgamento antecipado da lide. Asseverou, portanto, que a reforma do julgado dependeria do revolvimento das particularidades fáticas da demanda, o que não se admite no âmbito do apelo

Superior Tribunal de Justiça

nobre.

3. Já os acórdãos indicados como paradigmas reconheceram a natureza irrisória da verba honorária a partir do exame das circunstâncias de cada demanda, registrando o flagrante descompasso entre a quantia fixada a título de honorários advocatícios e as justificativas apresentadas pelas instâncias ordinárias para a estipulação desse montante.

4. Embargos de divergência não conhecidos." (EResp 1527430/SC, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Rel. p/ Acórdão Ministro OG FERNANDES, CORTE ESPECIAL, julgado em 01/02/2018, DJe 17/04/2018, grifou-se).

"AGRAVO INTERNO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MAJORAÇÃO DO VALOR FIXADO. REVISÃO EM SEDE DE EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES.

1. A revisão do montante fixado a título de verba honorária é possível, em sede de recurso especial, nas situações em que os valores fixados a título de honorários advocatícios sejam manifestamente irrisórios ou excessivos. Contudo, na via dos embargos de divergência, nem mesmo em tais condições é autorizada a análise do tema, haja vista que não existe a possibilidade de uniformização da jurisprudência quanto ao ponto - justamente em virtude das premissas fáticas da demanda - o que é pressuposto necessário desse recurso excepcional.

2. Agravo interno não provido." (AgInt nos EAREsp 243.839/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/12/2017, DJe 19/12/2017, grifou-se)

Noutro giro, quanto ao **termo inicial dos juros de mora incidente sobre os honorários**, destaco primeiramente que a divergência apontada com os julgados proferido pela **Segunda Turma**, no REsp n. 1160735/PR, e pela **Primeira Turma**, no AgInt no REsp n. 1572940/RS, atraíram a competência da **Corte Especial**, nos termos do art. 11, XIII, do RISTJ, razão pela qual a análise do presente recurso restringir-se-á aos paradigmas em questão, devendo eventual divergência com o julgamento proferido no EDcl no AgRg no REsp n. 1563325/RJ, da **Terceira Turma**, ser dirimida junto à Segunda

Superior Tribunal de Justiça

Seção.

Igualmente deve ser liminarmente indeferida a segunda divergência levantada.

Insta consignar, no tema, que o recurso também não comporta processamento diante da falta do necessário cotejo analítico entre o acórdão embargado e os paradigmas citados, conforme dispõe o artigo 266 § 4º do Regimento Interno desta Corte e o artigo 1.043, § 4º do Código de Processo Civil.

Os artigos acima preceituam que o Embargante "*mencionará as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados*". Tal requisito dos Embargos de Divergência denomina-se cotejo analítico, exigindo que o Recorrente demonstre a semelhança fática ou processual, com conclusões diversas, com a finalidade de demonstrar a efetiva divergência entre os arestos, não bastando a mera transcrição de ementas, como ocorreu na hipótese.

Nesse sentido:

"PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. CUSTAS INICIAIS. INTIMAÇÃO PESSOAL. DESNECESSIDADE. SÚMULA 168/STJ. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA.

1. A divergência não foi caracterizada, uma vez que não foi realizado o necessário cotejo analítico entre os acórdãos confrontados, de modo a demonstrar os trechos que eventualmente os identificassem. Assim, é insuficiente a comprovação do dissídio jurisprudencial invocado.

[...]

Agravo interno improvido." (AgInt nos EAREsp 261.239/MT, Corte Especial, Rel. Min. Humberto Martins, DJe 30/08/2016, grifou-se)

Ante o exposto, com fundamento no art. 266-C do RISTJ, indefiro liminarmente os embargos de divergência.

Oportunamente, redistribua-se o recurso à **Segunda Seção** para apreciação da divergência remanescente com acórdão proferido no EDcl no

Superior Tribunal de Justiça

AgRg no REsp n. 1563325/RJ, da **Terceira Turma**.

P. I.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator

